



Abertura de exposição é sucesso na SJES

Cerca de 100 pessoas, entre servidores e público externo, prestigiaram o lançamento da exposição “Patrimônios de Vitória em Arte”, do artista plástico Wagner Veiga, nesta terça-feira, 8 de maio, no *foyer* do auditório Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira, na sede da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Promovida pelo Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, a exposição contou, em sua abertura, com a distribuição de reproduções das obras doadas pelo artista, com a finalidade de servirem, dentro dos lares dos visitantes, como recordação e valorização de seu município, produto da reflexão a que se propõe o projeto ‘Patrimônios de Vitória em Arte’.



De acordo com a servidora Gina Valeria Coelho, organizadora do evento, “os idealizadores do projeto acreditam que “é através do processo do conhecimento, da valorização e da admiração do seu espaço, que o indivíduo desenvolve o orgulho de se sentir parte deste local e consegue assimilar a representatividade de sua história em seu cotidiano”.

Gina informa que ainda dispõe de algumas reproduções para serem doadas aos novos visitantes.

A exposição vai até o dia 1º de junho. Participe!

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas



TRF2 promove juízes federais para varas de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Colatina

A presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne, editou no dia 3 de maio atos relativos às promoções de juízes federais, a partir do dia 16 de junho, dentre os quais: Marcos Aurélio Silva Pedrazas, com jurisdição na 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim; Érico Teixeira Vinhosa Pinto, na VF-São Mateus; e Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, na VF-Colatina.

O juiz federal Paulo Gonçalves já atua na Seção Judiciária do Espírito Santo desde julho de 2002. Foi lotado como juiz federal substituto, inicialmente, na 2ª Vara Federal, onde ficou até abril de 2005. Nos anos seguintes, prestou auxílio à 8ª Vara Federal (abr. a set./2005), à 9ª Vara Federal (set./2005 a abr./2006), à 1ª Vara Federal (abr./2006 a jun./2009) e à 3ª Vara Federal Cível (de jun./2009 até agora).

Os atos foram publicados no dia 10 de maio, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

TRF2 define lista tríplice para vaga do quinto constitucional

O Plenário do TRF2 definiu, no dia 3 de maio, a lista tríplice com os nomes que concorrerão a vaga destinada ao quinto constitucional, que deverá ser preenchida por membro da advocacia. A cadeira na Corte foi deixada pelo desembargador federal Francisco Pizzolante, falecido em janeiro de 2009.

Marcus Abraham (19 votos), Paula Sheehan Barboza Vianna (15 votos) e Fernando Augusto Werneck (15 votos) foram eleitos a partir de uma lista com seis candidatos encaminhada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Os três mais votados na sessão plenária do dia 3 estão inscritos na OAB do Rio de Janeiro. Agora, os nomes serão encaminhados à presidente Dilma Rousseff, que nomeará o futuro desembargador federal.

ACOS/TRF2

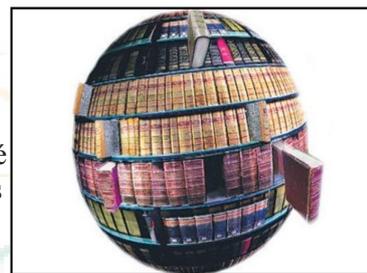
BIBLIOTECA DA SJES CONTA COM MAIS 10 COLEÇÕES “DOCTRINAS ESSENCIAIS”

A Biblioteca da Seção Judiciária do Espírito Santo dispõe de mais 10 coleções “Doutrinas Essenciais” da Editora Revista dos Tribunais.

Referência no mercado editorial jurídico, a coleção “Doutrinas Essenciais” é uma importante fonte de pesquisa e informação, trazendo soluções concretas para os diversos problemas relacionados à matéria tratada. Cada volume apresenta textos de autores renomados sobre o tema em questão.

São temas das novas coleções: Obrigações e contratos; Processo Civil; Responsabilidade Civil; Família e Sucessões; Direitos Humanos; Direito Registral; Direito Penal Econômico e da Empresa; Direito do Consumidor; Direito Ambiental e Direito Constitucional.

Foram, ainda, incorporadas ao acervo, três coleções de Soluções Práticas de Direito, obra que reúne pareceres recentes e inéditos sobre questões polêmicas e altamente complexas do domínio jurídico, por Arruda Alvim, Nelson Nery Junior e Luiz Guilherme Marinoni, além de uma coleção de Tratado Jurisprudencial e Doutrinário de Guilherme de Souza Nucci.



Seção de Documentação e Divulgação – Sedod/NAJ

Corregedor-geral cria grupo de trabalho sobre administração de bens apreendidos

Ser juiz de uma vara federal especializada no julgamento de crime de lavagem de dinheiro não consiste apenas no julgamento dos delitos crimes que são de alta complexidade e envolvem quantidades expressivas de bens e valores. Uma das maiores dificuldades apontadas pelos juízes que atuam nessas varas consiste na dificuldade da administração e destinação dos bens apreendidos no curso do processo, sobretudo em razão da quantidade e valor. Preocupado com essa questão, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, decidiu criar junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF) um grupo de trabalho, composto por juízes das cinco regiões da Justiça Federal, para propor a criação de mecanismos capazes de auxiliá-los na administração e destinação desses bens.



A reunião entre os juízes e o corregedor-geral aconteceu durante o Encontro dos Juízes das Varas Federais Especializadas em Lavagem de Dinheiro, no último dia 27/04, em Brasília (DF). O evento foi realizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do CJF, dirigido pelo ministro.

De acordo com os juízes presentes ao encontro, a administração desses bens lhes toma muito tempo e envolve uma série de problemas. Em muitos casos, o juiz confisca provisoriamente os bens de um réu processado por lavagem de dinheiro, mas tem que administrá-los até que o processo seja concluído. Na administração de fazendas de criação de gado, por exemplo, envolve a necessidade de nomear um administrador e acompanhar a lisura dessa administração, se o gado está sendo bem alimentado, se está se reproduzindo, ou seja, se a fazenda está gerando lucros ou prejuízos. Na administração de imóveis urbanos, também é necessário nomear um administrador que irá alugar o imóvel e resolver todos os problemas que um proprietário geralmente tem quando aluga um imóvel: se o inquilino está pagando o aluguel regularmente, se é necessário fazer um reparo no imóvel. A responsabilidade pelos bens, no fim das contas, é sempre do juiz.

“O CJF deve criar uma estrutura de apoio à Justiça Federal para administrar esses bens”, disse o ministro Noronha. Sua orientação é de que o grupo de trabalho discuta essa questão no CJF e proponha, até agosto deste ano, uma solução institucional para esse problema. Posteriormente, o ministro pretende chamar outros órgãos envolvidos nessa questão – Advocacia-Geral da União, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Banco Central – para colaborarem nessa iniciativa. Dentre as propostas já apresentadas durante a reunião, está a criação de um cadastro nacional de imóveis apreendidos, um cadastro nacional de empresas habilitadas a administrar bens apreendidos, e um cadastro nacional de empresas habilitadas a leiloar bens apreendidos cuja alienação tenha sido autorizada.

O ministro anunciou ainda aos juízes a iminente adesão do CJF a um sistema de penhora on-line de imóveis desenvolvido pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg). O sistema permitirá ao juiz penhorar imóveis sem sair do seu gabinete. O Corregedor-Geral informou também que o CEJ/CJF está finalizando a edição de um Manual de Alienação, a partir de modelo fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que será distribuído a todos os juízes federais.

SJES RECEBE ALUNOS DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ

A Seção Judiciária do Espírito Santo recebeu sexta-feira, 11 de maio, dentro do programa “Justiça Federal, muito prazer”, mais uma turma de estudantes universitários. Desta vez, os alunos eram do curso de Direito da Faculdade Estácio de Sá de Vitória. Eles vieram acompanhados da professora Eny Ribeiro Borgonhone, coordenadora do Núcleo de Extensão e Atividades Complementares da instituição.

A turma foi recebida no auditório pela diretora do foro em exercício, Cristiane Conde Chmatalik, que já foi professora da Faculdade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Titular do 2º Juizado Especial Federal e coordenadora do Núcleo de Conciliações no Espírito Santo, a magistrada deu as boas-vindas aos visitantes e falou sobre a atuação da Justiça Federal hoje, com destaque para a virtualização dos processos, os mutirões de conciliação, as metas que precisam ser atingidas, no sentido de buscar uma Justiça mais célere e mais próxima da sociedade. “Esta visita, por exemplo, é parte de um projeto que surgiu para atender a uma meta do CNJ ano passado. Já estamos na sexta turma e esperamos dar continuidade, ampliando ainda mais essa interação com as escolas”, enfatizou.

Em seguida, a servidora Patrícia Del Piero, do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas, apresentou o histórico da Justiça Federal, seus órgãos e divisão geográfica, competência, especialização e processo eletrônico, com destaque para a Seção Judiciária do Espírito Santo.

Os estudantes também receberam informações sobre estágio, pelo servidor da Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Estágio (Sedre/NGP), André Coelho, e ouviu da supervisora da Seção de Distribuição dos JEFs e Execução Fiscal (Sedijef), Silvana Lúcia Braselina Rodrigues, e da supervisora de Distribuição Cível e Criminal, Renata Simon Fernandes, dicas úteis do que os advogados devem observar ao entrar com uma ação na Justiça Federal.

Após as explanações, a turma teve oportunidade de conhecer o 2º Juizado Especial Federal – onde foram recebidos pela diretora Neidy Aparecida Emerick Torrezani e pelos servidores Thiago Coelho Freitas, Mônica da Silva Ramos e Civaldo Andreatta, que também forneceram informações valiosas sobre as principais demandas do Juizado. Encerraram sua visita na Biblioteca, recepcionados pelos servidores Enyldo Carvalhinho Filho e Ida Lúcia Silva de Almeida.

A professora Eny Ribeiro Borgonhone agradeceu a oportunidade de trazer seus alunos para conhecer de perto a Justiça Federal e, entusiasmada com a visita, já estuda a possibilidade de novas parcerias com a SJES, no sentido de levar ainda mais informações para seus alunos, principalmente no que tange ao processo eletrônico.

Os alunos também agradeceram e declararam o quanto foi importante saber como as coisas funcionam, não só para poderem compreender o trabalho e o tempo necessário para o servidor realizar alguns procedimentos, como também para evitar erros futuros quando forem advogados.

Outras turmas ou faculdades interessadas no projeto podem entrar em contato com a Seção Judiciária pelo e-mail ncs@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5109.



Marcelo Rosado assume a titularidade das 2ª e 3ª VF-EF de Vitória, em caráter excepcional

O corregedor-regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, designou o juiz federal substituto na titularidade da 1ª e da 4ª Varas Federais de Execução Fiscal, Marcelo da Rocha Rosado, para, sem prejuízo de sua jurisdição, assumir em caráter excepcional a titularidade da 2ª VF-EF, de 02 a 08 de maio de 2012, em razão de férias do juiz federal titular Alceu Maurício Junior, e da 3ª VF-EF, de 03 de maio a 1º de junho de 2012, por motivo de férias do titular Américo Bedê Freire Junior. O ato foi publicado no dia 10 de maio, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

JFES realiza terceira mobilização de advogados para cadastramento e peticionamento eletrônicos na próxima terça, 22

A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá na terça-feira, 22, a terceira mobilização em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos.

Das 12 às 18 horas, haverá servidores de plantão no auditório Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira, na sede do órgão (Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo, Vitória), para tirar dúvidas dos advogados relativas ao processo eletrônico, como cadastramento e peticionamento com uso das ferramentas digitais. Todos os advogados estão convidados.

Implementada em 2011, pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, a mobilização junto aos advogados partiu de uma ideia da servidora Neidy Aparecida Torrezani, diretora do 2º JEF.

Esta ação é fruto de uma parceria entre as áreas Judiciária e Administrativa da Justiça Federal, sob a coordenação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS). O evento conta com o empenho de servidores das varas federais e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI), e com o apoio da OAB/ES.

Durante o evento, além do atendimento individual aos advogados, serão distribuídas cartilhas de orientação para utilização do processo eletrônico, que também podem ser consultadas pelo www.jfes.jus.br.



MOBILIZAÇÃO PELO CADASTRAMENTO E PETICIONAMENTO ELETRÔNICOS

**Dia 22/05 (terça-feira)
Das 12 às 18 horas
No auditório**

Senhores advogados,
A Justiça Federal está de portas abertas para atendê-los e tirar suas dúvidas sobre o peticionamento e o processo eletrônicos.

AINDA NÃO SE CADASTROU?
Veja algumas vantagens:
**É GRÁTIS! É FÁCIL!
É RÁPIDO!**

NÃO PRECISA TER CERTIFICAÇÃO DIGITAL.
EVITE O TRÂNSITO.
ENVIJE SUAS PETIÇÕES DE QUALQUER LUGAR COM ACESSO À INTERNET.



XIV LEILÃO UNIFICADO: DIAS 9 E 23 DE OUTUBRO



A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá às 13 horas dos dias 9 e 23 de outubro o seu XIV Leilão Unificado.

O leilão será realizado no auditório Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira (sede da JFES), na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, Monte Belo – Vitória.

Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas por excelentes preços.

A publicação dos editais e a divulgação das listagens de bens estão previstas para a primeira quinzena de setembro.